

# Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação\*

*Marília Pontes Sposito*

Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo

*Trabalho apresentado na XXII Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, setembro de 1999.*

“Nuvens de poeira quente  
anuviando minha lucidez”

Fernando Pessoa, *Odes marítimas*

Em 1977, Lúcio Kowarick publica no jornal *Folha de S. Paulo* o artigo “O mito da sociedade amorfa e a questão da democracia”, examinando

---

\* Trabalho apresentado no GT Movimentos Sociais e Educação. Agradeço a leitura atenta, crítica e amiga de Maria Amélia Giovanetti, Juarez Dayrell e José de Souza Martins, que examinaram criteriosamente a primeira versão do texto, oferecendo críticas e sugestões valiosas. O texto esboça reflexão que resulta do projeto de pesquisa *Juventude e escolarização: uma análise da produção de conhecimentos*, desenvolvido em conjunto com Sérgio Haddad, com o apoio do CNPq e da FAPESP. A parte da pesquisa sob minha responsabilidade produziu um balanço da produção discente na Pós-Graduação, tanto em Educação como em Ciências Sociais, sobre os estudos de juventude (348 trabalhos) e constituiu Banco de Notícias (1.448 registros) e Experiências Juvenis (1.533 registros), a partir de noticiá-

os pressupostos autoritários e elitistas que orientavam as afirmações recorrentes sobre a passividade das classes populares e o caráter gelatinoso da sociedade civil. Reconhecia, naquela conjuntura adversa, o elenco de dificuldades presentes na organização popular mas apontava, também, a existência de outros momentos férteis em mobilizações. Considerava, assim, a necessidade de uma compreensão diferenciada da sociedade civil que permitisse, a despeito da fragilidade dos atores, do caráter muitas vezes pontual das lutas e dos impedimentos de manifestações autônomas, reconhecer os caminhos a partir dos quais ela constituía demandas, lutava por direitos, propunha conflitos e orientações diversas daquelas formuladas pelas elites. Sua conclusão reiterava uma concepção clara sobre a cidadania ao afirmar que “a ampliação e garantia dos direitos e deveres implícitos no exer-

---

rio de imprensa, em um período de dois anos (fevereiro de 1995 a fevereiro de 1997), compreendendo periódicos de todo o território brasileiro.

cício da cidadania supõem, de imediato, a possibilidade não só de usufruir dos benefícios materiais e culturais do desenvolvimento, como também, sobretudo, o de debater os destinos desse desenvolvimento” (Kowarick, 1977).

Compartilhando esse tipo de orientação, vários pesquisadores na área da Educação passaram a investigar a expansão do ensino público — observada a partir do período populista e continuada na década de 70 e 80 —, buscando uma nova compreensão desse processo. Ultrapassando o pressuposto que radicava no Estado todas as orientações e iniciativas<sup>1</sup>, esse campo de investigação procurava reconstituir a presença popular, mesmo que difusa, nas principais mudanças observadas no sistema de ensino, tendo em vista sua democratização, particularmente a luta por oportunidades de acesso à escola pública (Bomfim, 1991; Campos, 1985, 1991; Cunha Campos, 1989; Fuchs, 1992; Giovanetti e Costa, 1997; Sposito, 1984, 1993; Vianna, 1992).

Mas os significados mais amplos dessa noção de democratização do direito à educação, convivendo com a idéia dos direitos da cidadania e, assim, com a denominada tendência igualitária crescente nas sociedades modernas (Marshall, 1967), trouxeram, principalmente a partir do final da década de 70, novos desafios para a reflexão acadêmica e para a formulação de políticas públicas no Brasil. Nos rumos das lutas sociais contra a ditadura e na busca de caminhos para a transição, nasce, nesse período, a idéia de participação da sociedade civil, sobretudo dos grupos e movimentos organizados, na formulação, implantação e acompanhamento das políticas públicas, em especial na área social. Essa idéia teve sua tradução no âmbito mais amplo na

defesa dos Conselhos, fortemente debatidos na esfera municipal (Doimo, 1990, 1995) e incorporados na legislação federal em setores diversos como saúde, assistência, direitos da criança e do adolescente e educação.

Nessa época, ganha força, no âmbito das lideranças sindicais do movimento docente e nas associações de educadores, a idéia da democratização da gestão escolar como fator essencial para a efetiva constituição de um sistema de ensino em sintonia com o desejo de democratização do País. Na pesquisa, o tema da participação popular resultou na crítica dos canais tradicionais de relação da escola com os seus usuários, como associações ou círculos de pais e mestres, e, em conseqüência, na investigação de novos mecanismos de gestão colegiada das unidades escolares como os conselhos de escola e a eleição direta de diretores (Bueno, 1987; Sposito, 1993; Avancine, 1990; Paro, 1995, 1998; Ghanem, 1992; Carvalho, 1991). Os estudos apontavam vários mecanismos presentes nas práticas escolares que impediam ou criavam sérias resistências a uma efetiva gestão democrática da unidade escolar.

No entanto, após alguns anos de experiência democrática no âmbito dos direitos políticos e de eventuais conquistas na esfera legal, os ritmos para a efetivação de práticas democráticas na escola pública têm sido desiguais, assim como em outras esferas da vida coletiva na sociedade brasileira. Mesmo com o arrefecimento da força da idéia da participação do ponto de vista das demandas dos atores coletivos, a pesquisa tem investigado algumas administrações progressistas — em especial as municipais — que não abandonaram a importância do tema da gestão democrática da unidade escolar. Práticas inovadoras, muitas vezes isoladas, ainda não foram suficientemente conhecidas ou investigadas no âmbito da pesquisa, constituindo uma área importante de estudo no interior do tema Movimentos Sociais e Educação.

Mas outras interações entre esfera pública, movimentos sociais e educação podem ser objeto de estudo, em particular aquelas que incidem sobre o

<sup>1</sup> Kowarick, em outros trabalhos, alertava para o conteúdo autoritário das concepções vigentes, pois a atribuição de passividade ao povo brasileiro constituiu ingrediente ideológico utilizado para justificar o intenso controle que o Estado historicamente exerceu sobre as iniciativas sociais e políticas das classes populares (1979).

conjunto das práticas escolares<sup>2</sup>. Como afirma Paul Belanger, torna-se necessário alargar e transformar a perspectiva vigente de uma educação para a democracia, ampliando as fronteiras de uma perspectiva democrática restrita à política institucional, pois “educação para a democracia tende a carregar um estreito conceito de participação democrática. As fronteiras limitadas que caracterizam a cidadania em educação estão em relação com as teorias dominantes, no mínimo na Europa ocidental, sobre a democracia representativa” (Belanger, 1993, p. 19, tradução livre). Considera esse autor que o conceito de democracia foi sendo enriquecido nas últimas décadas mediante a incorporação de novos conteúdos extraídos sobretudo das lutas dos movimentos sociais e das novas configurações que tecem a idéia de espaço público e sociedade civil. Para a academia, o desafio residiria, assim, no exame do grau de absorção pelo conjunto das práticas escolares dos temas e processos que tratam, na esfera pública, das novas formas de democracia, efetivadas a partir das lutas sociais. O movimento de mulheres, analisado por Belanger, exprimiria, dentre outros, um bom exemplo.

As relações vigentes entre homens e mulheres foram contestadas, transformaram-se em questões públicas sob o ponto de vista das desigualdades de acesso ao sistema de ensino, das dificuldades de inserção e de reconhecimento no mercado de trabalho, não obstante a igualdade formal nas habilitações profissionais oferecidas pelo sistema educativo. Os movimentos feministas criticaram o tipo de interação entre os sexos, as concepções e práticas socializadoras na sala de aula, buscando superar a desigualdade entre os gêneros. Assim, além de pro-

curar formas alternativas de educação no interior dos próprios grupos, tradicionalmente concebida como educação popular, as demandas dos movimentos feministas, em alguns países, passaram a questionar o cerne da atividade pedagógica e a influenciar a natureza da proposta educativa oferecida pela escola. Esses atores constituíram um conjunto importante de críticas ao padrão dominante de socialização de homens e mulheres, tentando construir, ao mesmo tempo, um novo conjunto de orientações e modelos culturais. Embora de difícil aferição, não se pode desconsiderar o seu impacto na cultura escolar, pois esses temas criaram um novo reconhecimento público da questão, propiciando, como Belanger afirma, um alargamento das fronteiras das relações entre educação e democracia.

No Brasil, com a redemocratização foi possível observar esforços mais acentuados envidados pelos movimentos negros em trazer para a arena pública os problemas da discriminação racial<sup>3</sup>. Nesse conjunto de lutas, as questões concernentes ao sistema de ensino e à prática pedagógica da sala de aula foram trabalhadas, impondo rupturas com o silêncio até então observado no âmbito da educação escolar. Os pesquisadores ligados ao movimento negro registraram, no decorrer dos anos 80, os vários seminários, publicações, que procuravam a construção de orientações comuns dos atores coletivos negros e a proposta de alternativas capazes de imprimir novas práticas nas relações intra-escolares. Algumas das reivindicações chegam a ser incorporadas em currículos do sistema público de alguns estados, municípios ou nas propostas inovadoras de formação de professores que vêm sendo estudadas em poucas dissertações de mestrado na área da Educação. O conjunto dessas iniciativas tinha e tem em vista a inclusão de temas relativos à população afro-brasileira no universo escolar, sua importân-

---

<sup>2</sup> Boa parte da tradição dos estudos voltados para educação popular no Brasil examinou os aspectos educativos da prática social. Alguns pesquisadores investigaram o caráter educativo das lutas e o seu potencial no sentido de construir experiências novas capazes de produzir uma (re)-socialização dos sujeitos envolvidos (consultar Damasceno, 1990, Brandão, 1984, 1984a, entre outros).

---

<sup>3</sup> Não quero dizer com isso que a luta dos movimentos negros só se inicia com a democratização, afirmação que conteria lamentável equívoco histórico (cf. Gonçalves, 1998, 1994; Pinto, 1993a, 1993b).

cia histórica e cultural na formação da sociedade brasileira e a explicitação das formas veladas da dominação social vividas na relação com o branco, expressas no preconceito e no racismo<sup>4</sup>.

Embora não seja possível inferir diretamente o grau de impacto dessas orientações e, muito menos, afirmar que foram atenuadas as práticas centenárias de racismo na sociedade brasileira, é inegável que essas demandas nascidas no interior das ações dos movimentos negros contribuíram para projetar a questão no âmbito da esfera pública, transformando-a em pauta necessária nas orientações de qualquer reforma educativa proposta pelo Poder Público nos últimos anos. Assim, importa ressaltar com esses exemplos o impacto multiforme das ações dos movimentos sociais sobre a educação e a escola pública, sendo, pois, difícil uma avaliação, do ponto de vista da produção do conhecimento, que procure apenas os resultados imediatos. Seus efeitos não são facilmente verificáveis, pois as práticas são difusas e de pouca visibilidade, compreendendo um campo de conflitos que abriga orientações em constante oposição ante o conjunto de relações sociais estabelecidas: homens e mulheres, negros e brancos, minorias culturais e culturas domi-

nantes, entre outros<sup>5</sup>. Trata-se assim de alargar os horizontes da pesquisa para além do estudo dos possíveis ganhos ou eventuais fracassos imediatos que as lutas dos atores coletivos encerram.

No entanto, em conjunturas de crise, diante de orientações que privilegiam interesses do mercado em relação às demandas sociais, da retração do Estado nas políticas públicas de natureza social, da persistência de problemas crônicos da escola brasileira, ao lado de novas questões, como a violência, e das dificuldades efetivas de construção de atores coletivos que consigam produzir práticas e projetos alternativos ao conjunto de orientações antidemocráticas vigentes, pode renascer um certo pessimismo que interfere na própria dinâmica do campo da pesquisa. Esse pessimismo não apenas reconhece dificuldades, mas pode negar qualquer possibilidade de organização e resistência da sociedade e se volta novamente para o Estado, único interlocutor sólido e confiável da “amorfa e desorganizada sociedade civil brasileira”<sup>6</sup>. Não sem razões, retoma-se aqui a análise de Kowarick (1979), pois o esgotamento de algumas formas de luta que marcaram o período da redemocratização e mesmo as dificuldades que marcam hoje a capacidade de mobilização de alguns setores antes combativos, como é o caso do movimento de docentes (Vianna, 1999),

---

<sup>4</sup> O nº 63 da revista *Cadernos de Pesquisa* da Fundação Carlos Chagas, *Raça Negra e Educação*, publicado em 1987 reúne vários artigos sobre experiências de novas propostas curriculares. Consultar, ainda, Pinto, 1987; Gonçalves e Silva, s/d; Valente, 1995. Não posso, também, deixar de fazer referências à importância dos movimentos dos povos indígenas e dos esforços de articulação de redes da sociedade civil na proposta de novos rumos para a educação indígena, sobretudo a partir da Constituição de 88. Esse seria outro exemplo da importância da ação dos movimentos sociais na educação, não só pelo desenvolvimento de uma proposta específica para a educação das nações indígenas, mas por sua possível influência sobre as concepções e práticas que afetam o conjunto do sistema escolar no Brasil. Se há um pequeno e importante grupo de pesquisadores constituído em torno do tema da educação dos povos indígenas (Silva, 1999), o mesmo não ocorre no interior da pesquisa sobre os possíveis impactos dessas práticas no próprio sistema formal de ensino, destinado ao não-indio.

---

<sup>5</sup> Nesse caso estou ancorada na definição de movimentos sociais de Alberto Melucci (1991, p. 20): “Um movimento social é uma ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema dentro do qual a ação mesma se situa” (1991, p. 20). A definição de Melucci integra campo de orientações que se inspira na análise pioneira desenvolvida por Alain Touraine sobre os movimentos sociais (1975).

<sup>6</sup> Esse pessimismo mereceria ser, de imediato, atenuado com o reconhecimento das iniciativas de administrações públicas progressistas em interlocução com atores coletivos e demais forças sociais e pela incansável organização dos movimentos no campo e seu esforço em constituir alternativas educativas, como é o caso do Movimento dos Sem-Terra.

podem reiterar representações muito enraizadas na sociedade brasileira que se exprimem em uma profunda desconfiança da sociedade civil e de seus atores, mesmo que essa desconfiança não apareça revestida de elitismo como no interior do pensamento conservador.

O ceticismo dominante pode ser traduzido tanto em uma crença apenas no fortalecimento da ação emanada a partir do Estado que não dialoga e desconhece as forças sociais, como na incapacidade de observação e de investigação de processos emergentes que, ao serem fluidos e pouco estruturados, dificultam uma nova compreensão da capacidade de ação dos atores sociais. Essas últimas observações tornam-se ainda mais importantes, quando se leva em conta que o propósito deste artigo é a compreensão das formas de ação coletiva dos segmentos juvenis na sociedade brasileira, buscando novos caminhos para a investigação.

#### A constituição de atores jovens e os processos de mutação nas formas da ação coletiva

Parece à primeira vista apenas ausência de sensatez, ou ao menos, falta de lucidez teórico-investigativa, trazer para a discussão o tema dos atores juvenis em formação em meio a um quadro adverso de recessão — que acentua a exclusão social — aliado ao reconhecimento da fragmentação e pulverização das ações coletivas de setores mais organizados da sociedade brasileira. Talvez agrave mais ainda essa perspectiva, se for considerada a onda de violência que sempre aponta os jovens como possíveis responsáveis pelo seu crescimento e, de forma menos visível, o reconhecimento de sua extrema vulnerabilidade como vítimas da escalada do crime e do tráfico.

Por outro lado, os segmentos juvenis têm sido caracterizados, nas últimas décadas, pela extrema acentuação de seus traços individualistas, pela apatia política e pelo desinteresse nas relações com a esfera pública; seriam os jovens, assim, apenas a expressão radical de uma sociedade que es-

gotou as modalidades públicas da construção de sujeitos e atores, voltando-se sobre si mesma, em um momento de exacerbação da esfera íntima e de interesses de natureza individualista (Lasch, 1983, Sennett, 1978).

Antes de retomar as questões que incidem sobre o objeto central da reflexão aqui empreendida, torna-se importante reconhecer que os caminhos da investigação e das teorias sobre os movimentos sociais se diversificaram e exigiram novos aportes diante do seu arrefecimento, observado a partir de meados dos anos 80, não só no Brasil como em outros países, e da emergência de novas modalidades de práticas e atores coletivos (Scherer-Warren, 1998).

Mais do que eventuais fatores conjunturais adversos, algumas das alterações incidem sobre o aparecimento de fenômenos coletivos marcados pela violência, presente na exasperação de identidades locais ou étnicas, e pelo crescimento do racismo em sociedades desenvolvidas. Ora, esse campo disjuntivo também ocorre no interior da ascensão do individualismo que “fraciona as identidades e as culturas” (Dubet e Martuccelli, 1998, p. 223), induzindo, muitas vezes, a formulação de um quadro de reflexão que reduziria o restante das manifestações coletivas a um estilhaçamento sem princípio, à simples formação de um “mercado” da ação coletiva, não reconhecendo princípios novos, ainda que frágeis, de construção da democracia (1998). Novas modalidades de ação e de atores tendem a emergir, mas o caráter esparsa das lutas sociais não impediria que o agenciamento de dimensões essenciais da ação desse conta de sua estrutura de conjunto (idem)<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> Para Dubet e Martuccelli, há “lutas unidimensionais” que comportam mobilizações com característica seja reivindicativa, seja identitária, seja ainda em torno de temas normativos e morais. Elas podem proceder seja do mercado, da integração social, seja do individualismo moral. Outras lutas seriam ambivalentes tentando combinar as dimensões instrumentais e comunitárias ou expressivas e instrumentais. Outras procuram amalgamar de forma conjuntural todas as dimensões da ação caracterizando-se como ex-

Seria, pois, pertinente a inclusão do tema Juventude<sup>8</sup> no âmbito das investigações atuais sobre as ações coletivas e os movimentos sociais no Brasil? Esta empreitada propiciaria um olhar matizado e rico para abrir novas perspectivas para a compreensão da escola pública no seu diálogo/confronto com os atores coletivos?

Durante o século XX, os estudos sobre jovens, sobretudo a partir da década de 20 nos EUA com a Escola de Chicago, privilegiaram o exame das disfunções ou anomia para compreender condutas juvenis próximas da delinquência ou do crime articuladas muitas vezes em torno de grupos denominados gangues.

Particularmente após a Segunda Guerra Mundial, novas orientações rompem com essa tradição<sup>9</sup> e enfatizam o potencial contestador e rebelde presente nos segmentos juvenis, dando origem a vários estudos que examinaram, dentre outras, as modalidades de participação estudantil ou suas práticas culturais<sup>10</sup>. Mas um certo exame permanente da

---

pressões mais episódicas (1998). Por outro lado, a persistência dos conflitos em torno do mundo do trabalho, da luta pela terra e por direitos de justiça e cidadania precisa ser reconhecida, sobretudo na sociedade brasileira. Ao invés de uma concepção evolutiva das formas de luta, considero que a coexistência de conflitos exprime a simultaneidade dos tempos sociais, os seus ritmos diversos e sua mútua interação, como apontou Lefebvre (1969) em suas análises sobre a formação econômico-social, retomada por Martins (1996).

<sup>8</sup> Não é objetivo deste artigo reconstruir a discussão em torno das ambigüidades da noção de juventude examinadas em outros trabalhos (Sposito, 1997, 1999). Reitero apenas o caráter sócio-histórico do conceito que implica necessariamente a adoção da perspectiva da diversidade para compreender a heterogeneidade de situações e experiências que marcam a condição juvenil na contemporaneidade.

<sup>9</sup> A contribuição original de Mannheim no estudo dos jovens e das gerações tendo em vista o exame do seu potencial de revitalização das relações sociais, certamente favoreceu para esse novo aporte (1968, 1973, 1982).

<sup>10</sup> Os estudos culturais desenvolvidos em Birmingham constituem referência importante no âmbito da temática das subculturas juvenis.

condição juvenil enquanto problema social jamais desapareceu do horizonte de preocupações de vários setores sociais e da produção acadêmica e talvez seja essa a sensibilidade atualmente dominante, sobretudo quando os problemas decorrentes da exclusão social — como o desemprego — e a violência, afetam principalmente os jovens pobres (Abramo, 1997; Weinstein, s/d).

Parte das análises, cujo modelo simbólico muitas vezes está radicado em 1968, reconhece o arrefecimento do movimento estudantil que atinge grande parcela dos atuais alunos do ensino superior e médio, mas não considera o quadro de crise das formas tradicionais de ação no sistema político institucional que atinge o conjunto da sociedade. Essa crise anuncia, há alguns anos, processos de mutação que projetariam outras relações com o campo da política, imprimindo novos significados à própria noção de participação ou de militância política<sup>11</sup>.

Se considerarmos essas mudanças de natureza mais ampla, os jovens não seriam portadores de práticas tão excepcionais. Pesquisas realizadas em países europeus, na década de 90, confirmaram certas tendências como: o afastamento dos jovens — mas não a negação — dos sindicatos, mantendo com essas instituições apenas uma relação instrumental e de exterioridade (Bauby e Gerber, 1996); a desconfiança em relação aos partidos, mas o reconhecimento de um interesse difuso sem a participação correspondente (Ricolfi, 1997)<sup>12</sup>; e a busca

---

<sup>11</sup> É preciso relembrar que a discussão em torno dos movimentos sociais, no final da década de 60, estrutura um longo debate teórico em torno da crise do sistema político institucional e da idéia da democracia representativa. Tais movimentos expressariam “um jeito novo de fazer política” em face do evidente desgaste das instâncias institucionalizadas, como os partidos e sindicatos.

<sup>12</sup> A idéia de interesse sem a ação correspondente é apresentada por Ricolfi, a partir de pesquisa nacional que examina o perfil dos jovens na Itália, realizada pelo IARD em 1996. É importante reconhecer que esse tipo de investigação no Brasil é praticamente inexistente. Pesquisa da

de uma política sem rótulos tradicionais que designam posições de direita e esquerda (Muxel, 1997). Inegavelmente, esses estudos recuperam aspectos importantes para a análise dos jovens nos anos 90 no interior desse grande processo de mutação, mas não esgotam suas formas de ação e de compreensão do mundo contemporâneo.

No Brasil, os estudos sobre juventude tiveram início a partir das pesquisas sobre o movimento estudantil na década de 60, desenvolvidas por Foracchi (1965, 1972).

Inspirada em seus trabalhos, a produção acadêmica na área tanto de Educação como de Ciências Sociais, durante as décadas seguintes, tratou com menor frequência do tema, mas com pouco vigor teórico e inovação, ao tentar compreender as alterações dessas práticas nos períodos mais recentes, marcado por um gradativo enfraquecimento das formas tradicionais de mobilização e seu escasso poder de aglutinação de demandas e interesses do conjunto dos estudantes.

Alguns trabalhos empreenderam investigações sobre os anos 60/70, outros reiteraram análises desses estudos pioneiros, reconhecendo a crise da capacidade mobilizadora estudantil, mas de certa forma assumindo como parâmetro o modelo da participação observado em anos anteriores, como já apontava criticamente o trabalho de Helena Abramo, que analisou a nova cena cultural juvenil dos anos 80 (Abramo, 1994)<sup>13</sup>.

---

UNESCO sobre violência, realizada com jovens do Rio de Janeiro, demonstra o grau de desconfiança desses segmentos diante das instituições do sistema político (cf. FSP 25/05/1999).

<sup>13</sup> Dois estudos examinaram as mobilizações estudantis observadas nos anos 90, tentando compreender a sua especificidade. O primeiro é a dissertação de mestrado desenvolvida no Rio de Janeiro por Moraes (1995) sobre o movimento dos “cara-pintadas”, que envolveu estudantes do ensino fundamental e médio de escolas particulares. Anne Mische (1997) também investigou em sua tese de doutorado o movimento estudantil após o *impeachment* de Fernando Collor, possibilitando maior visibilidade a algumas enti-

Em nosso país, observam-se claramente as dificuldades de compreensão da crise da participação estudantil presentes em alguns estudos, mas é preciso considerar que, ao lado dessa lacuna teórica, foi criado um leque de representações sociais no interior do senso comum, que constituíram como modelo de ação coletiva de jovens essas práticas de participação, excluindo outras possibilidades de análise. Helena Abramo, ao fazer a crítica dessas concepções, examina as novas formas de presença juvenil nos anos 80 a partir de estudo realizado sobre *punks*<sup>14</sup> e *darks*. Ampliando o campo de conhecimento sobre os atores juvenis, o trabalho de Márcia Regina Costa (1993) investigou uma modalidade de sociabilidade marcada pela constituição de subjetividades conservadoras, como é o caso dos carecas de subúrbio<sup>15</sup>. A pesquisa desenvolvida por Souza (1999) com jovens de Florianópolis investigou as novas formas de militância dos anos 90, tentando contrapô-las a uma possível imagem mítica que se ancora no tipo de participação predominante nos anos 60.

Os poucos trabalhos produzidos nos anos 80 e 90 sobre jovens em nosso país já mostraram um alargamento de seus interesses e práticas coletivas, acentuando a importância da esfera cultural que fomenta mecanismo de aglutinação de sociabilidades, de práticas coletivas e de interesses comuns, sobretudo em torno dos diferentes estilos musicais.

---

dades representativas dos estudantes. Seu estudo tenta construir um novo paradigma para a compreensão da identidade estudantil, dialogando com as análises de Marialice Foracchi, ao apontar as diferenças entre os dois momentos e, por decorrência, as possíveis formas de sua compreensão.

<sup>14</sup> As pesquisas de Janice Caiafa (1985) e Kemp (1993) também constituem importantes contribuições para o estudo do fenômeno *punk* no Brasil.

<sup>15</sup> Outros estudos tentam compreender essas formas coletivas às vezes marcadas por condutas violentas que têm agregado jovens como é o caso das *galeras funk* no Rio de Janeiro (Guimarães, 1995) e galeras e gangues em Fortaleza (Diógenes, 1998).

A cena juvenil, na expressão de Abramo (1994), se amplia e diversifica, sendo ocupada por manifestações protagonizadas por *punks*, *clubbers*, roqueiros, *rappers*, adeptos do *reggae*, *funkeiros*, entre outros (Sposito, 1994b; Andrade, 1996; Dayrell, 1999; Guerreiro, 1994; Cunha, 1993). Essas ações já acenam com vigor para uma inquestionável motivação dos jovens em relação aos temas culturais em oposição ao seu afastamento das formas tradicionais de participação política. Alguns grupos não se limitam aos aspectos centrais de sua atividade ligada à música ou outras formas de expressão artística, mas também se dedicam aos trabalhos comunitários, envolvendo-se em atividades nos locais de moradia em interlocução com alguns segmentos organizados da sociedade civil.

Mas é preciso admitir a existência de significativa diversidade de práticas coletivas entre os jovens, ainda pouco visíveis e escassamente investigadas. Algumas mais antigas e portadoras de um novo significado dizem respeito à intensa produção e circulação de meios de informação recobertos pelos fanzines, inovação da cultura *underground punk* dos anos 70 que perdura até os dias atuais. Ainda no interior de interesses ligados à informação e comunicação estão as rádios comunitárias, a produção de vídeos e, de forma mais recente, a formação de redes via Internet, agregando as mais diversas motivações.

Inúmeros agrupamentos de natureza mais fluida podem nascer a partir do local de moradia envolvendo o lazer, entretenimento e esporte como estudou Nakano (1995) em favela da região da Grande São Paulo, ou a partir da ocupação de zonas mais centrais da cidade, em geral no período noturno, transformando o tipo de interação com o tecido urbano. São os passeios de bicicleta, as caminhadas, os grupos de *skate* e de escalada em viadutos e pontes que negam o valor de troca predominante no espaço urbano e os ritmos da metrópole voltada para o circuito de reprodução do capital, afirmando a dimensão pública da cidade a partir do uso e da fruição (Lefebvre, 1978a, 1978b; Arroyo, 1997). As formas são fluidas, muitas vezes efêmeras, mas

traduzem importante marco de sociabilidade juvenil ainda pouco estudado<sup>16</sup>.

Outra modalidade de experiência coletiva entre jovens que emerge com maior frequência tem sido um certo associativismo em torno de ações voluntárias, comunitárias ou de solidariedade, compreendendo temas diversos como o combate à exclusão, meio ambiente, qualidade de vida e saúde (informação sobre consumo de drogas, DST e AIDS). Menos investigadas, ainda, têm sido as novas formas de aglutinação juvenil que nascem do mundo do trabalho, ultrapassando os marcos tradicionais da relação assalariada e da participação sindical; dentre elas destacam-se o interesse de jovens em formar empresas juniores e as cooperativas de autogestão solidária. No conjunto de questões aqui apontadas sobre as várias modalidades de inserção dos jovens na esfera pública, não estão contempladas as dimensões do mundo rural que têm realizado, por meio de seus atores, importantes movimentos de invenção cultural no interior da luta pela terra<sup>17</sup>.

Essa rápida descrição das ações, preservando a diversidade dos interesses juvenis, propõe desafios para a sua compreensão, exige novas aproximações teóricas e relativo esforço analítico, pois várias delas vêm recobertas por outros fenômenos, como a violência e situações de risco<sup>18</sup>, criando um terreno difícil e muitas vezes movediço, sobretudo

<sup>16</sup> Tedrus (1996) estuda as formas coletivas de sociabilidade que nascem em torno do trabalho de adolescentes e jovens desenvolvido nas ruas e Almeida (1996) contempla as interações de alguns grupos juvenis — *rappers* e astrônomos amadores — no município de Diadema com o poder público local, tendo em vista assegurar formas diversas de apropriação coletiva da cidade.

<sup>17</sup> Andrade (1998) estudou a formação da consciência política dos jovens nos assentamentos, constituindo um dos raros trabalhos que examinam a temática da juventude no campo.

<sup>18</sup> Neste caso o estudo das torcidas organizadas desenvolvido por Toledo (1996, 1997) e a pesquisa sobre grupos de grafiteiros e pichadores (Durand, 1997), surfistas em trens ou ônibus constituem eixos investigativos importantes.

quando se pretende superar os estereótipos e as explicações lógico-causais que buscam quase sempre entender, por meio de simplificações apressadas, processos que aparecem de forma matizada e diferenciada na realidade social.

### Alguns eixos articuladores de ações coletivas protagonizadas por jovens

Melucci (1991) inspira um bom ponto de partida para a construção de hipóteses em torno das ações coletivas de jovens, quando examina os conflitos sociais contemporâneos, pois considera suas formas múltiplas, variáveis e os níveis diversos de intervenção no social<sup>19</sup>. Ressalto, preliminarmente, que um movimento social é um objeto construído pela análise e não coincide com as formas empíricas da ação. Nenhum fenômeno de ação coletiva expressa uma linguagem unívoca ou desvela, de imediato, todas as dimensões em suas práticas, exigindo do pesquisador um intenso trabalho de análise (Touraine, 1987; Melucci, 1991). Por outro lado, a perspectiva aqui adotada, especialmente por tratar-se de atores jovens, pressupõe que pode ocorrer a “superposição entre comportamento desviante e movimentos sociais. As formas de controle se generalizam, permeando a vida cotidiana e as escolhas existenciais, e isto torna mais difícil, no plano empírico, a distinção entre protesto e marginalidade...”. A oposição adquire, então, facilmente as características do desvio de comportamento. Seja porque ela é muitas vezes obra de uma minoria; seja porque tende a rejeitar a mediação regulada pelo sistema político; seja, enfim, porque o controle sobre a informação permite aos aparatos estigmatizarem cada conduta conflitual, tornando frágeis os limites que a separam da patologia (Melucci, 1991,

<sup>19</sup> “No passado, ocupar-se dos conflitos significava analisar a condição social de um grupo e deduzir dela as causas da ação. Hoje, é necessário identificar o campo de conflitos em nível sistêmico e explicar, pois, como certos grupos sociais interferem em tal campo” (Melucci, 1991, p. 3).

pp. 67-68). Para Alain Touraine “quando mais nos remontamos ao passado maior é a distância entre as forças opositoras — as quais são principalmente novas classes dirigentes em ascensão — e as forças excluídas, consideradas como impuras, criminais e out-groups. Não vivemos neste momento um movimento inverso? Quer dizer, hoje se mesclam o opositor e o desviado, de maneira lógica se pensarmos que o dominador impõe determinada ordem e normalidade à sociedade inteira” (Touraine, 1987, p. 164).

Essas observações tornam-se importantes porque um mesmo fenômeno apresenta modalidades diversas de expressão, muitas delas caracterizadas pela violência e, por essas razões, a conduta coletiva em abstrato não pode definir *a priori* se ocorre uma prática dilacerada voltada para a destruição do ator ou se há pelo contrário sinais de um estruturação positiva de conflito. Fenômenos como o *rap*, o *funk* e a prática da pichação ou do grafite<sup>20</sup> algumas vezes podem ser expressões da violência ou da delinqüência juvenil e da ausência de movimentos coletivos como, também podem, em outras situações, desvelar o seu contrário, ou seja, a formação de novos atores coletivos. Por essas razões, qualquer aproximação generalizante, para afirmar que todas as práticas envolvidas nesses fenômenos coletivos juvenis seriam expressões ou da anomia social, ou sinais do potencial contestador e rebelde do jovem na esfera pública, cria mais dificuldades do que auxilia na compreensão de realidades e conjunturas sociais complexas.

Melucci também alerta para questões importantes no estudo dos jovens enquanto protagonistas de conflitos. Para tanto, transcrevo suas observações:

A interrogação implícita nas diversas pesquisas sobre a condição juvenil é se os jovens são sujeitos potenciais de ação coletiva antagonista. A pretensão

<sup>20</sup> Estabeleço aqui a distinção entre essas práticas, uma vez que a primeira está mais próxima das condutas de risco e a segunda, das expressões artístico-culturais.

ou a esperança é de encontrar resposta para esta interrogação a partir de uma compreensão aprofundada da condição e da cultura juvenil na sociedade contemporânea. Uma similar esperança é, porém, desiludir-se porque se encontra com um problema insolúvel: como se passa da condição para a ação, como se forma um movimento que tem por atores os jovens?

Não se sai do impasse senão invertendo os termos do problema. A ação não se deduz pela condição social. Ocorre, ao contrário, mudar completamente o procedimento. É necessário identificar em nível sistêmico os problemas que estão no centro dos conflitos sociais, os campos sobre os quais se joga o confronto para o controle de recursos decisivos. Só a partir daqui é possível perguntar-se quais elementos da condição juvenil são suscetíveis de ativar, em certas condições conjunturais, uma ação coletiva, transformando este grupo em ator de conflitos. (Melucci, 1991, p. 84, tradução livre)

Ao analisar as formas de ação coletiva protagonizadas por jovens e de suas possíveis relações com o campo de estudo dos movimentos sociais, parece mais apropriado tratá-las como *redes conflituosas* que seriam “formas da produção cultural” ou seja, ativação de condutas em torno de conflitos, mesmo que em práticas ainda emergentes (Melucci, 1997, p. 6)<sup>21</sup>. Por essas razões, procuro reconstituir um primeiro campo conflitivo que aglutina os jovens, propiciando a formação de atores, a partir do pólo consumo e produção cultural. A emergência de conflitos sociais em torno da informação, do campo simbólico e da extensão dos mecanismos de dominação e de disputa do controle dos recursos culturais tem ocupado o interesse dos estudiosos dos movimentos sociais no interior das sociedades complexas e planetárias. O intenso cres-

cimento da indústria cultural a partir da Segunda Guerra Mundial e a formação de um mercado consumidor jovem já foram estudados por vários autores. A esfera do consumo cultural, momento importante no circuito das trocas sociais, seria, para alguns estudiosos, propiciadora da construção das identidades juvenis (Madeira, 1986), sobretudo diante do enfraquecimento dos eixos que articulariam práticas de identidade a partir do mundo do trabalho (Paiva, Potengy e Guaraná, 1998).

A lógica de mercado que induz e subvenciona o consumo, e a formação de um público ávido de necessidades construídas em torno de objetos e símbolos destinados apenas à sua fruição não esgotam, no entanto, o circuito cultural que pode caracterizar orientações e práticas dos segmentos juvenis. Não obstante a força do mercado, como afirma Canclini (1996), não é descabido vincular consumo e cidadania, pois “é preciso desconstruir as concepções que julgam os comportamentos dos consumidores predominantemente irracionais e as que somente vêem os cidadãos atuando em função da racionalidade dos princípios ideológicos” (p. 21). Para este autor, a seleção e a apropriação de bens são feitas a partir de uma definição do que se considera publicamente valioso; expressam, também, os modos com que nos “integramos e nos distinguimos na sociedade, com que combinamos o pragmático e o aprazível” (idem).

Mas a diversidade de interesses que agregam os jovens inclui, além do consumo, a produção cultural que pode ser observada na formação de grupos musicais<sup>22</sup> ou de outras formas de expressão, como a dança, o teatro e a poesia.

<sup>22</sup> As escolhas dos estilos não é aleatória e poderá articular várias orientações. A adesão pode decorrer da origem social: há estilos que tradicionalmente predominam entre jovens de classes médias como o *rock*, ou passam a contar com a sua preferência como o *pagode*; há outros que sensibilizam aqueles que vivem no limiar da exclusão, como o *rap*, o *pagode* e o *funk*. Há modalidades que mobilizam de forma clara os jovens de origem negra e pobre como o *pagode* e o *rap*. Ocorre também uma produção cultural alia-

<sup>21</sup> Os estudos pioneiros de Blumer sobre as condutas coletivas também auxiliam na compreensão de alguns desses fenômenos, quando trata do tema dos movimentos expressivos que não contemplam em suas formas de ação objetivos instrumentais imediatos (Blumer, 1962).

As inúmeras modalidades de aglutinação juvenil em torno da música têm possibilitado a constituição de identidades comuns, de linguagens e códigos específicos que reúnem jovens em grupos, canalizando interesses e formas de compreensão da realidade social.

Muitas das iniciativas vêm mescladas por um interesse profissionalizante, pela busca de inserção na indústria cultural, do sucesso e da performance; outras não estão facilmente dissociadas de práticas violentas. No entanto, é preciso reconhecer que estilos musicais, sobretudo aqueles que se disseminam entre jovens pobres e em processo de exclusão, que vivem no mundo das grandes cidades, não se reduzem a um mecanismo habitual da “sociedade de consumo” ou “mercado jovem” (Dubet, 1987; Martins, 1975). De alguma forma, “a expressão musical traduz e testemunha uma certa experiência social que se transforma no seu fundamento” (Spósito, 1994a, 1994b).

O momento da produção — compreendido na constituição dos grupos musicais, por exemplo, que criam músicas, inventam letras, acionam o corpo enquanto canal de expressão — recria as possibilidades de entrada no circuito das trocas culturais para além da figura do espectador passivo que condiciona o modo dominante de mobilização dos recursos culturais da sociedade atual, no interior estrito da lógica de mercado. Talvez, e aí residiria o seu aspecto mais relevante, tais práticas incidam sobre a própria constituição de *sujeitos* que ampliam a sua esfera de autonomia, de reflexão e de interação com o mundo<sup>23</sup>. Como afirma Touraine,

---

da às peculiaridades do espaço urbano cuja lógica social de sua apropriação não deixa de ser intrigante. Quais seriam as razões da força do *rap* em São Paulo e da rápida disseminação do *funk* na cidade do Rio de Janeiro?

<sup>23</sup> Embora de difícil definição, como afirma Morin (1995), a noção de sujeito não se confunde com a noção de indivíduo. Ela se constrói a partir das idéias de distância e de reflexividade, pois pressupõe a capacidade de distanciamento e de crítica dos papéis sociais. Compreende o espaço da reflexão, sendo, assim, um princípio de autonomia

“é a partir do sofrimento do indivíduo dilacerado e da relação entre sujeitos que o desejo de ser sujeito pode se transformar em capacidade de ser um ator social” (Touraine, 1997, p. 107).

Sendo assim, para além de uma compreensão anacrônica e segmentar dessas manifestações que envolvem a produção de estilos musicais, é preciso levar em conta, como afirma Lipsitz, ao examinar a cultura juvenil nos anos 90, a importância dessas manifestações presentes em um ambiente de crise que emerge com os processos de desindustrialização, de reestruturação econômica e com o racismo. Em decorrência, alerta para o equívoco em tratá-las com os mesmos parâmetros que orientaram as análises sobre as manifestações culturais dos anos 60, pois essas novas modalidades constituiriam os espaços a partir dos quais os jovens fariam de si mesmos, de sua solidão e dos processos de exclusão a que são submetidos<sup>24</sup>.

Por essas razões, em que pese a sua diversidade, essas práticas coletivas não poderiam ser lidas, em sua totalidade, como mero aparato reativo ao processo de marginalização ou de resposta à crise, na linha de um raciocínio ancorado na noção de anomia. Parte delas se dá, também, no campo de fenômenos coletivos emergentes de sociedades com alta densidade de informação, onde a produção não somente diz respeito aos recursos econômicos, mas investe em relações sociais, símbolos, identidade e necessidades individuais, ampliando os aparatos da dominação (Melucci, 1991, p. 52).

---

que resulta do trabalho de alguém sobre si mesmo (Dubet e Wieviorka, 1995). Como afirma Alain Touraine o sujeito é aquele que deseja ser um indivíduo capaz de criar uma história pessoal, de dar um sentido ao conjunto das experiências da vida individual, esta última construída, a partir das determinações, pela procura da liberdade e pela experiência de resistência (1995).

<sup>24</sup> “A cultura jovem atual procede de uma premissa diferente. Ao invés de permanecer fora da sociedade, ela tenta trabalhar através dela, explorando e exacerbando suas contradições em criar imprevisíveis possibilidades para o futuro” (Lipsitz, 1994, p. 25, tradução livre).

Duas expressões importantes, como exemplo, podem ser localizadas no *rap* e no *funk*. Não se trata aqui de resgatar suas formas de ação e as diferentes sensibilidades que cada um dos estilos aciona<sup>25</sup>, o modo como eles atraem e motivam o interesse juvenil, as práticas de lazer e de entretenimento que geram e o seu enraizamento social e étnico, pois são campos da produção cultural nascida nas periferias de metrópoles como São Paulo, Fortaleza, Brasília — o *rap* — ou nos morros do Rio de Janeiro, como o *funk*, traduzindo o mundo dos pobres e a experiência de dominação vivida sobretudo pelos negros. Não se trata, também, como já anunciado, de qualquer intento generalizador que nega a complexidade dessas manifestações, sobretudo no Rio de Janeiro, que encerra, em alguns casos, inegáveis episódios de violência.

Importa ressaltar, neste momento, que esses fenômenos indicam um modo peculiar de negação de mecanismos de dominação social e étnica que atinge os setores juvenis mobilizados em torno desses estilos. Alguns grupos buscam um mergulho na cultura de massas — não a sua negação ou recusa —, mas como produtores e não apenas consumidores de produtos que se vendem no mercado. Disputam espaços na lógica da reprodução cultural, criando caminhos alternativos e alimentando uma certa cultura *underground*, típica dos movimentos culturais em sua fase inicial.

Ambos, mas de modo mais explícito no *funk*, trazem aspectos importantes para a análise, diante do seu caráter inicialmente belicoso, quando os bailes tornaram visíveis as brigas entre as galeras, muitas delas disputando e assegurando territórios próprios de ação. Dessa forma, as fronteiras entre a manifestação juvenil e o mundo do crime e do tráfico no Rio de Janeiro, muitas vezes tênues, im-

puseram uma certa recusa social do fenômeno que induziu a formação de um campo novo de conflitividade capaz de provocar em parte dessas galeras juvenis formas diversas de organização, de negociação com o mundo das instituições, incidindo sobre a própria necessidade do reconhecimento de sua legitimidade<sup>26</sup>.

O *rap* desvela sua produção cultural sobretudo nas letras das músicas que denunciam a realidade da exclusão do jovem pobre, sobretudo aquele de origem negra. A fala áspera, que manifesta a fúria e a ira, assim como o tom duro e rude das letras, revela o desejo de resgatar o direito da palavra e da invenção criadora sob a forma de relato malcomportado e teatralizado do drama diário da vida<sup>27</sup>, muitas vezes negando os parâmetros dominantes do gosto e do consumo musical. Sua expressão social predominante é articulada a uma denúncia da exclusão e do racismo, visíveis na violência policial e na falta de alternativas para os jovens, sobretudo os pobres e negros. O *rap* é uma produção cultural que expressa certa liminaridade, como se produtores de letras e público — igualmente jovem — estivessem, de modo constante, no limiar entre dois mundos, o da legalidade, das instituições legitimadas pelas forças sociais (o trabalho, a escola, entre outras), que não apresenta alternativas eficazes de inclusão, e o do crime ou do consumo e do tráfico de drogas, que oferece vantagens fáceis e imediatas,

<sup>26</sup> Importante lembrar que, no mês de junho de 1999, centenas de grupos *funk* saíram às ruas na cidade do Rio de Janeiro para reivindicar o seu reconhecimento como movimento cultural.

<sup>27</sup> A interessante pesquisa que vem sendo desenvolvida por Pedro Guasco (1999) tem procurado resgatar os elementos de uma estética da periferia presente no *rap*. Parte das reflexões aqui esboçadas se inspira nos dados preliminares de seu trabalho e nas discussões frutíferas com Maria Lúcia Montes e José Guilherme Magnani por ocasião do exame de qualificação de Pedro. Transformado atualmente em estilo musical que ultrapassa os limites das periferias urbanas, o *rap* também encontra adesão em outros setores sociais e, gradativamente, o seu estilo e trajes passam a ser incorporados no consumo jovem.

<sup>25</sup> Sobre o *funk* consultar Vianna, 1988; Guimarães, 1995; Midlej e Silva, 1995; Souto, 1997; Cecchetto, 1997. Sobre *rap* e *hip-hop*, consultar Herschmann, 1995; Sposito, 1994a, 1994b; Andrade, 1996; Diógenes, 1998; Guasco, 1999.

mas acenam, como destino, para a morte precoce. Assim como no *funk*, a violência se faz presente, constituindo a matéria bruta dos conteúdos das músicas que retratam a experiência vivida, de tal forma que a adesão ou a recusa ao ilegal, ao marginal constitui momentos que às vezes se imbricam.

As formas mais organizadas de articulação dos pequenos grupos e as posses — *crew* — impulsionam a ação de seus membros em novas direções, sobretudo aquelas configuradas como comunitárias e de apoio a outras iniciativas de grupos organizados dos bairros.

A variedade dos grupos, o seu caráter mais ou menos violento, a diversidade de experiências que propiciam geram ritmos e possibilidades diferenciados; constituem, de modo tenso e conflitivo, um campo inovador da cultura, especialmente da música e da dança, com conseqüências diversas no âmbito do fortalecimento de novas identidades individuais e coletivas. Alargam-se, ao mesmo tempo, a possibilidade de auto-reconhecimento<sup>28</sup>, de reflexão e compreensão do mundo na condição de sujeito e a capacidade de estruturação do agir coletivo que, ao se iniciar pelas práticas culturais ou de lazer, é, muitas vezes, ampliado para outras dimensões da vida. Podem decorrer desse tipo de mobilização cultural, mesmo que de forma fragmentada e incipiente, um outro modo de interação com as instituições socializadoras, como a escola, e nova atribuição de significados ao trabalho ligada à idéia de autonomia, cooperação e de solidariedade não predominante nas condições atuais do emprego<sup>29</sup>.

---

<sup>28</sup> A constituição de uma identidade marcada pela auto-estima, pelo reconhecimento da dimensão étnica — o povo negro — percorre também algumas ambigüidades, pois tanto pode ocorrer a abertura dessa identidade coletiva para o campo conflitivo das relações de desigualdade e de dominação, como pode provocar, em algumas situações, uma conduta regressiva. A este respeito consultar as análises desenvolvidas por Touraine (1987) e Castells (1999) sobre a identidade.

<sup>29</sup> As redes paralelas que recobrem novas modalidades de profissionalização para esses setores juvenis, conde-

Uma segunda polaridade, bastante próxima da manifestação cultural em torno da música, pois caminha de forma integrada e concomitante, reside na tentativa de *construção de pautas de significados alternativos às interpretações dominantes*. Resgata-se a importância da palavra, como é o caso dos *rappers*, da circulação de idéias pela imprensa alternativa, como os fanzines e algumas das iniciativas em torno das rádios comunitárias, ou um outro significado para o jogo do corpo pela dança. Na apropriação da palavra evidencia-se a necessidade de se recorrer à informação, ao conhecimento e, assim, propiciar uma explicação diferente daquelas produzidas pelos grandes veículos formadores da opinião pública que asseguram uma certa homogeneidade das interpretações<sup>30</sup>: “a cultura juvenil afirma com força a necessidade comunicativas, mas reivindica também o direito de decidir quando e com quem se comunicar” (Melucci, 190, p. 74).

---

nados ao subemprego, aos processos mais permanentes de exclusão do mundo do trabalho ou, na melhor das hipóteses, ao trabalho precário, são muitas vezes mecanismos importantes de agregação desses jovens.

<sup>30</sup> Caminho em direção diferente de Melucci, quando este autor introduz a idéia de que o *silêncio* do jovem instala uma dimensão antagônica com um mundo feito de palavras. No entanto, o autor reconhece que “o silêncio ou a linguagem fragmentada, silábica, incoerente recobrem outras representações pois indicam a afirmação de uma *outra palavra* que não aceita ser mais separada das emoções” (Melucci, 1990, p. 86, grifos meus). Quando retomo a importância da palavra, estou considerando uma outra forma de expressão, diversa de algumas regras presentes na racionalidade instrumental dominante. Penso que, como o silêncio do jovem descrito por Melucci, no jogo corporal presente na música, sobretudo nas manifestações *funk*, outras linguagens são anunciadas e se opõem às rígidas demarcações entre a razão e a emoção. Uma certa recusa está pressuposta, pois a “racionalidade impessoal dos aparatos não dá espaço para as emoções, convive com limites separados nos quais o sistema autoriza a fruição regulada de *eros* e do delírio. No modo dominante de expressão, os espaços e os tempos da experiência emocional, afetiva, corpórea são circunscritos distintamente, rigidamente separados daqueles da palavra racional” (Melucci, *idem*).

Os dois eixos, sucintamente descritos, exprimiriam conflitividade típica das sociedades complexas que atinge os jovens, pois questionam os circuitos da cultura e da informação enquanto agências de dominação. No entanto, vale a pena reiterar que o plano simbólico dessas orientações que criam antagonismos e significados divergentes em torno de um campo comum de historicidade, não se desliga de outras relações sociais, como se a cultura se inscrevesse em uma esfera autônoma desvinculada dos processos econômico-políticos que situam a grande massa dos jovens como excluídos, ou incluídos de modo subalterno (Martins, 1997), da riqueza produzida socialmente e dos aparatos de poder.

Um terceiro eixo, menos investigado ainda, trata da ação voluntária e dos movimentos que envolvem práticas de solidariedade, que vêm sensibilizando um conjunto crescente de jovens. Constitui obviedade a insuficiência das recorrentes explicações em torno da filantropia (leiga ou religiosa) que mobilizaria setores privilegiados em ações assistenciais voltadas para os pobres e excluídos. Muito pouco se investigou sobre essa modalidade de ação que sensibiliza vários segmentos da sociedade e reúne um conjunto não desprezível de dificuldades pois sua prática concreta vem revestida, como qualquer ação coletiva ou movimento, de múltiplos significados (Isambert, 1996; Melucci, 1991, 1994, 1996). Enquanto categoria sociológica, a ação voluntária é aquela que implica a “adesão livre a uma forma de solidariedade coletiva e o pertencimento a uma rede de relações da qual se participa por escolha” (Melucci, 1991, p. 100). A gratuidade dos serviços ofertados revela o fato de que os benefícios econômicos não constituem a base da relação entre os que participam. Como qualquer relação social, não estão desconhecidas as possíveis retribuições simbólicas, de prestígio, auto-estima e poder presentes na ação voluntária.

Mas a ação voluntária envolveria, também, o altruísmo e a responsabilidade, exprimindo uma modalidade de participação nos problemas do mundo, sobretudo diante dos que são excluídos, daqueles que sofrem ou são privados de alguns recursos

(Melucci, 1994, p. 117). Seu fundamento, recoberto pela idéia do dom, explicita uma dimensão simbólica que diz respeito à pergunta, muitas vezes insurgente nos tempos atuais, “*por que ocupar-se com o outro?*”. Quando as relações dominantes estão marcadas estritamente pela lógica do interesse ou do utilitarismo, esse tipo de indagação aponta um campo de conflitos importantes em torno de valores antagônicos<sup>31</sup>.

A sensibilidade juvenil para a prática da ação voluntária ainda está para ser investigada, pois motiva não apenas os jovens oriundos de camadas médias, sobretudo estudantes, mas também aqueles que se encontram no próprio limiar da exclusão, como é o caso de grupos musicais formados em torno do *rap*. O levantamento das iniciativas mais recorrentes protagonizadas por grêmios estudantis, principalmente na educação básica (particular ou pública), revela um interesse por esse tipo de ação, manifestado em quadro bastante diversificado de práticas, que podem compreender tanto campanhas como serviços voluntários. Explicita-se, assim, um contraste significativo (e uma inevitável distância) com a experiência de organização e mobilização das entidades estudantis que congregam as lideranças, adeptas de um militantismo politizado e articulado em torno dos temas tradicionais do movimento estudantil.

Buscando reunir alguns elementos para esboçar uma resposta diante do interesse juvenil pela ação voluntária, aponto aqui duas específicas orientações presentes nessas iniciativas: a primeira diz respeito a uma possibilidade de ir além da denúncia, da crítica, privilegiando o *agir*, como se a mera de-

---

<sup>31</sup> Há estudos recentes sobre movimentos, protagonizados por adultos e mesmo por jovens, voltados para a questão da criança e do adolescente em situação de exclusão cujo eixo articulador da ação não diz respeito a motivações ou ganhos exclusivamente individuais de seus integrantes (Tommasi, 1996, Marques, 1999, Grandino, 1999).

Sobre trabalho juvenil voluntário consultar Novaes (1996).

*núncia ou a crítica não dessem conta da aspiração de ser ator na sociedade.* Essa motivação traduz um caminho voltado para uma modalidade concreta de descoberta de um *alter* e da inevitável idéia de responsabilidade e solidariedade que a acompanha.

A segunda orientação exprimiria uma dimensão simbólica relevante na temporalidade que envolve a ação voluntária, pois ela resgata o *presente* como momento fundamental capaz de articular projetos e utopias de novas relações. As lutas de gerações jovens estudantis da década de 60 foram profundamente marcadas por uma concepção de futuro — uma nova sociedade a ser construída, a força da idéia da revolução — a ser alcançada após um momento forte de ruptura com a velha ordem.

Hoje, as relações entre passado e futuro sofreram profundas alterações. As sociedades complexas introduzem diferenciações e descompasso no ritmo dos tempos, como o tempo linear e cíclico analisado por Lefebvre (1972), o tempo objetivo e o tempo da experiência subjetiva (Melucci, 1992). Vivemos, como afirma Lechner (1990), e de modo cada vez mais dramático, o tempo como uma seqüência de acontecimentos, de conjunturas, que não chegam a se cristalizar em uma “duração”, quer dizer, um período estruturado de passado, presente, futuro. Vivemos um “*presente contínuo*” (idem, 1990 p. 113). O presente, sobretudo para os jovens, “torna-se uma medida inestimável do significado da experiência de cada um de nós” (Melucci, 1997, p. 8). A dissolução dos indivíduos no presente também tem sido examinada pela literatura diante da ausência de perspectivas, pois os seres humanos não podem deixar de recordar e de projetar-se em direção ao futuro, não há vida humana sem memória e sem projeto (Melucci, 1992). Mas se essa nova experiência de tempo desmancha certezas e projetos ao fragmentar ainda mais os indivíduos, não seria possível recuperar na dimensão dessa temporalidade o sentido do projeto?

Mesmo que de forma fragmentada, fluida e instável, na ação voluntária protagonizada pela juventude há uma espécie de antecipação da utopia, anunciando *hoje*, e de forma profética, uma outra

possibilidade da vida em conjunto. Essa motivação que emerge nas sociedades complexas e que encontra nos segmentos juvenis uma disponibilidade, mesmo que difusa, conteria elementos antagonistas porque desafiaria o poder, ao inverter a lógica dominante instrumental, construindo alternativas de sentido. Na experiência do agir altruístico, na apaixonada ação voluntária está presente uma recusa da racionalidade do cálculo, da eficiência da técnica, da maximização da relação fins e meios que se opõe à gratuidade do dom (Melucci, 1991).

Finalmente, considerando que se trata neste momento de levantar hipóteses para a pesquisa sobre os campos possíveis de conflito, resta examinar, de modo sucinto, o mundo do trabalho. Atingidos de forma mais intensa pelo desemprego em nossa sociedade, os jovens vêm enfrentando dificuldades não desprezíveis de inserção profissional, ocorrendo um amplo processo de desassalariamento, como analisa Pochmann (1998).

As dificuldades de organização dos trabalhadores assalariados em conjunturas de desemprego, a crise do sindicalismo, a emergência de modalidades de ocupações novas e diferentes do emprego assalariado industrial já têm sido objeto de vários estudos. A adesão dos jovens a uma forma de participação sindical via mundo do trabalho tem sido fraca mesmo para aqueles que hoje vivem a realidade cotidiana da fábrica. Não obstante a importância do trabalho na constituição da sociabilidade humana, é já reconhecida a dificuldade que essa atividade tem imposto para constituir atores jovens, sobretudo quando o emprego assalariado e industrial não ocupa a maior parte do contingente juvenil que integra a população economicamente ativa. No entanto, por outros caminhos, a questão do trabalho poderá vir a ser propiciadora de novas práticas e, talvez, de um campo novo de conflito social: as recentes experiências que nascem das formas de cooperação e autogestão que estão envolvendo alguns segmentos juvenis. Aparecendo como uma alternativa ao desemprego, as iniciativas também contemplam novas concepções em torno do trabalho e de suas formas de sociabilidade. As aná-

lises desenvolvidas por Singer (1998) apontam um conjunto de valores que vem sendo construído: à *exclusão* imposta pelas novas modalidades da acumulação se responderia com práticas de *inclusão*; à *competição* como regra básica do mercado seria contraposta à idéia da *solidariedade*; e, diante do *isolamento e da fragmentação* dos indivíduos se fortaleceria a *aglutinação*<sup>32</sup>. A interação entre as práticas culturais e as experiências solidárias de trabalho passam também a ocorrer, uma vez que alguns grupos culturais ampliam suas referências para a ação e tentam, assim, uma outra forma de integração no mundo do trabalho<sup>33</sup>.

\* \* \*

Esse horizonte de conflitos possíveis no interior da ação coletiva juvenil deve ser reconstituído analiticamente no interior de experiências diversas que se apresentam, na maioria da vezes, de modo fluido, disperso e submerso. Tal como Melucci (1991, 1996) aponta em seus estudos sobre os novos movimentos sociais, uma rede de interações tem caracterizado essas práticas, marcadas pelo intenso grau de trocas sociais que propiciam a construção de identidades comuns, de sentimentos de pertencimento e de canais de expressividade.

---

<sup>32</sup> Grupo de estudantes universitários em São Paulo, com experiências de vida nos bairros da periferia da cidade, criaram uma ONG — NAPES (Núcleo de Ação e Pesquisa em Economia de Solidariedade) — para apoiar e desenvolver projetos em torno de empresas ou cooperativas geridos pelos trabalhadores. Parte das iniciativas foi voltada para estimular o desenvolvimento de experiências que já estavam em andamento. (*Folha de S. Paulo*, Folhateen, p. 7-3, 26/07/1999). A ANTEAG também tem propiciado a formação de cooperativas ou empresas de autogestão, algumas delas com a presença de jovens.

<sup>33</sup> Para Dayrell a produção musical juvenil dialoga, também, com o mundo do trabalho. quando os jovens da periferia constroem o sonho de sobreviver através da música, estão também reivindicando uma nova inserção no mundo do trabalho, marcada por motivações de natureza pessoal que contemplam a paixão e a busca de autonomia (Dayrell, 1999).

Os momentos de visibilidade são esporádicos e respondem a problemas específicos, pois não há indícios de uma unificação em torno de um ator social privilegiado ou de apenas uma única dimensão do sujeito; os movimentos são protagonizados pelas variadas formas que articulam os interesses juvenis, sejam eles estudantes, rappers, skatistas, negros etc. Essa multiplicidade de formas pode ganhar visibilidade em algumas conjunturas ou em experiências de organização de redes articuladas, sendo bem-sucedidas quando a diversidade e a autonomia dos grupos são preservadas, possibilitando a manutenção de mecanismos permanentes de constituição da identidade coletiva de cada um dos grupos envolvidos<sup>34</sup>.

Por outro lado, ocorre o desenvolvimento de formas múltiplas de participação onde o sujeito interage em vários grupos sem uma adesão integral e total a apenas um, embora seja possível identificar uma forma de pertencimento que se torna às vezes dominante. Essas práticas configuram o que alguns autores têm estudado como formas novas de engajamento político e social em oposição à idéia de uma militância total (Barthélèmy, 1994). Mais ainda, qualquer aspecto da vida que envolva a ação coletiva não se desliga de uma busca de realização pessoal. Tanto a dimensão coletiva como a individual se integram em uma mesma configuração que incide sobre as individualidades, pois o ator coletivo e o sujeito se constroem juntos (Touraine, 1997).

As dificuldades de constituição da ação coletiva juvenil não são poucas e tendem a ser atenuadas quando uma rede de apoio se consolida, quer pela ação de ONGs, quer de movimentos sociais ou sindicatos. Os recursos oferecidos por atores da sociedade civil podem retirar o grupo de seu isolamento ou fragmentação, mas criam, de modo rico, um novo campo de conflitos que passa a exigir nego-

---

<sup>34</sup> Scherer-Warren (1998), analisando as tendências das teorias contemporâneas sobre os movimentos sociais, aponta o caráter disperso das práticas sociais, autônomas entre si mas abertas ao intercâmbio e à cooperação.

ciações. O movimento *hip-hop* em São Paulo constitui um bom exemplo dessa interação, quando encontrou tanto nos movimentos negros como em algumas ONGs apoio para uma melhor estruturação de suas atividades. No entanto, no interior de um quadro comum de interesses articulados em torno da luta contra o racismo, emergem variadas concepções sobre as práticas que exprimem, entre outras, as diferenças geracionais, pois trata-se do encontro do mundo adulto com o mundo jovem. Um fecundo aprendizado se inicia, muitas vezes difícil, mas educativo para as partes envolvidas.

### Juventude, escola e movimentos sociais: relações possíveis

Retomar a reflexão sobre a escola a partir do ângulo dos atores coletivos juvenis exige um breve olhar sobre a dificuldade que a condição estudantil apresenta para a constituição de práticas coletivas sobretudo para aquela parcela que, do ponto de vista de sua origem de classe, só recentemente teve acesso ao sistema de ensino regular.

Tendo em vista o conjunto das mudanças que afetaram as sociedades nos últimos anos e a própria importância do acesso à informação e ao conhecimento como formas de dominação e controle social, as análises sobre os novos movimentos sociais tenderam a enfatizar a importância dos sistemas educativos e a escola como possíveis *locus* de conflitos sociais (Touraine, 1987).

Após um período de silêncio desses setores, países europeus, como é o caso da França, passam a ser palco de algumas mobilizações de estudantes secundaristas e do ensino superior, em meados da década de 80. Algumas investigações tentaram compreender essas manifestações, que indicavam mudanças diante das formas de luta estudantil observadas na década de 60. Para Lapeyronnie (1992), que investigou o novo aluno do curso superior, as formas recentes de mobilização não indicavam a construção de atores coletivos em torno dos conflitos da sociedade pós-industrial. Para esse autor, os movimentos dos anos 80 não conseguiram arti-

cular as manifestações massivas com a experiência vivida, não ultrapassando o nível restrito da contestação estudantil, sendo fluidas e efêmeras.

O processo intenso de massificação do ensino que absorveu enorme contingente de jovens que não encontram na vida escolar respostas às suas principais demandas tem levado, na França, seguidamente, estudantes secundaristas para as ruas em amplas manifestações. Ainda recentes, recobrem elenco multifacetado de orientações, mas certamente não podem ser analisadas a partir dos referenciais utilizados para a compreensão da experiência estudantil de 68 (Gerber, 1996). Esse movimento nascente recusa a liderança das entidades tradicionais e, muitas vezes, agrega outras condutas violentas, acarretando um horizonte bastante diversificado para sua análise. No caso dos estudantes de liceus, cuja mobilização se intensifica a partir de meados da década de 90, afirma Touraine (*apud* Castro, 1999): “a um protesto massivo não se pode responder com simples adaptações administrativas; estas não têm sentido se não organizam, ou ao menos não tornam possível, uma mudança no sistema escolar cuja meta principal não pode mais ser a de transmitir a lei, mas ajudar os alunos a adquirir, em particular pelo conhecimento, uma capacidade de ação autônoma num mundo cuja desordem os ameaça”.

No Brasil, as mudanças observadas no sistema escolar em direção a um crescimento intenso não foram acompanhadas de transformações profundas da prática escolar. As peculiaridades do processo de modernização econômica do País, o qual estreitou as oportunidades ocupacionais em um mercado cada vez mais excludente, situam a educação pública, sobretudo a básica e a média, em condições bastante desconfortáveis. No entanto, resalto aqui apenas duas questões para efeito da análise a ser empreendida: de um lado, o enfraquecimento da capacidade de ação socializadora da escola sobre a maioria dos jovens, que mantêm com ela uma relação de distanciamento construído no interior da condição de aluno, e, de outro, o predomínio de uma relação instrumental em que a busca de alguma certificação se torna o móvel fundamental do

projeto escolar. Para aqueles que não estruturam uma experiência positiva com a instituição escolar, o seu processo de subjetivação ocorre fora ou contra a escola e a violência revela uma de suas facetas (Dubet, 1997).

A permanência das formas tradicionais da organização estudantil — tanto as entidades nacionais como as regionais — preenche, episodicamente, algumas funções de denúncia das políticas educativas mediante algumas mobilizações de massa, mas revela, também, sua enorme dificuldade em agregar novos interesses e constituir bases efetivas de representatividade. Novos grêmios estudantis tendem a aparecer, nem sempre com possibilidades de atuação no interior da escola. Muitos promovem formas de sociabilidade em torno do lazer e do esporte, de serviços voluntários ou campanhas. Embora capazes de disseminar um associativismo em moldes novos, são escassas as formas de conflitividade que nasceriam a partir da condição estudantil, *stricto sensu*, mesmo se se levar em conta que muitos são os temas que articulam a insatisfação do jovem perante a escola. Parece que a experiência escolar está, no momento, destituída de significados capazes de estruturar uma ação coletiva que propicie orientações comuns e ações de recusa aos mecanismos de exclusão ou às práticas pedagógicas, principalmente no ensino médio e fundamental<sup>35</sup>.

No entanto, diante de um ensino tão insatisfatório, a violência, a indiferença ou o mero abandono seriam as únicas opções possíveis de ação para os segmentos jovens? Ao que tudo indica, pode estar sendo delineado um caminho possível de ação coletiva voltada para a questão escolar. Essa pos-

sibilidade nasce além dos muros escolares, no circuito das várias formas da sociabilidade juvenil, sobretudo as culturais, examinadas neste artigo.

Não trato neste momento da necessidade evidente de maior porosidade da escola para com as práticas culturais que compõem a vida dos segmentos juvenis, modalidades que eventualmente poderão contribuir para ressignificar a qualidade da atividade pedagógica e o tipo de experiência construído por jovens no interior da escola. Essa é uma questão relevante, mas procuro, agora, examinar uma hipótese sobre a constituição de atores jovens em suas relações com a educação escolar. A hipótese aqui lançada diz respeito ao processo de formação desses atores em seus grupos, que pode transformar o sentido da escola no projeto de vida, ao dar um novo significado para o conhecimento, para a informação e para a cultura (Sposito, 1994b). Na condição de portadores de uma identidade coletiva construída, na maioria das vezes, de forma distante do universo escolar, pode haver um percurso de volta à escola, não como *aluno*, isolado, mas como *ator coletivo*. Esse novo encontro, difícil e tenso, enfrenta resistências da cultura escolar e de seus protagonistas — técnicos, professores e funcionários — tão ou mais consistentes do que as práticas observadas na experiência dos movimentos populares radicados nos bairros em busca de uma participação mais densa na vida escolar.

Uma possibilidade importante de ação do mundo adulto escolar reside na sua capacidade de dialogar com essas forças que podem estar submersas, às vezes, na própria sala de aula, nos pátios e corredores, sob a aparência do aluno passivo e distanciado. Trata-se de pensar a escola como mais um dentre os espaços propícios à constituição de sujeitos que tentam compreender sua presença no mundo e buscam construir projetos em condições desafiadoras e adversas impostas pela sociedade atual.

Se hoje é reconhecida uma profunda separação entre a cultura escolar e o mundo dos jovens, quando a democracia for capaz de garantir um espaço para que as vozes juvenis sejam ouvidas, a se-

<sup>35</sup> A recente expansão do ensino médio poderá redundar em maior pressão de grupos de jovens pelo acesso ao ensino superior público. Os sinais dessa mobilização já se registram na discussão das cotas nos exames vestibulares, tanto para os egressos de escolas públicas como para as populações de origem negra. Nesse caso, os possíveis atores estruturariam suas demandas pelo acesso ao ensino, mas não necessariamente em torno da qualidade e do tipo de formação oferecidos pela Universidade.

paração será menos provável e “movimentos juvenis poderão tornar-se importantes atores na inovação política e social da sociedade contemporânea” (Melucci, 1997, p. 14).

---

MARÍLIA PONTES SPOSITO é professora da área de Sociologia da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), onde obteve seu doutorado, e presidente da Ação Educativa. É autora, entre outros, dos livros *O povo vai à escola* (São Paulo: Loyola, 1984) e *A ilusão fecunda* (São Paulo: Hucitec, 1993). Seus temas de pesquisa têm sido os movimentos e as ações coletivas no campo da educação, com ênfase mais recente nos grupos juvenis.

### Referências bibliográficas

- ABRAMO, Helena, (1994). *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta.
- \_\_\_\_\_, (1997). Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: *Juventude e contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPed, nº 5 e 6.
- ALMEIDA, Elmir, (1996). *Subúrbio, política cultural e identidades coletivas juvenis: mediações de Diadema*. São Paulo: FEUSP, Dissertação de Mestrado.
- ANDRADE, Elaine Nunes, (1996). *Movimento negro juvenil: um estudo de caso sobre jovens rappers de São Bernardo do Campo*. São Paulo: FEUSP, Dissertação de Mestrado.
- ANDRADE, Marcia Regina de Oliveira, (1998). *A formação da consciência política dos jovens no contexto dos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Campinas: Faculdade de Educação/UNICAMP, Tese de Doutorado.
- ARROYO, Miguel, (1997). O aprendizado do direito à cidade: Belo Horizonte — a construção da cultura pública. *Educação em Revista*. Belo Horizonte: FAE/UFMG, dezembro.
- AVANCINE, Sérgio, (1990). *Daqui ninguém nos tira: mães na gestão colegiada da escola pública*. São Paulo: PUC, Dissertação de Mestrado.
- BAUBY, P.; GERBER, T., (1996). *Singulière jeunesse plurielle*. Paris: Publisud.
- BELANGER, Paul, (1993). Challenging the boundaries of Education on democracy. In: PAIVA, V.; RIBEIRO, Sérgio (orgs.). *Autoritarismo social x democratização do Estado: desafios à educação*. São Paulo: USP/Instituto de Estudos Avançados, Coleção Documentos.
- BLUMER, Herbert, (1962). Comportamento coletivo. In: LEE, Alfred McLung (org.). *Princípios de sociologia*. São Paulo: Herder.
- BOMFIM, Maria do Carmo, (1991). *Lutas populares pela escola pública e gratuita em Teresina*. São Paulo: PUC, Dissertação de Mestrado.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues, (1984). *Educação popular*. São Paulo: Brasiliense.
- \_\_\_\_\_, (1984a). *Pensar a prática*. São Paulo: Loyola.
- BUENO, Belmira de Oliveira, (1987). *As associações de pais e mestres na escola pública do estado de São Paulo (1931-1986)*. São Paulo: FEUSP, Tese de Doutorado.
- CAIAFA, Janice, (1985). *Movimento punk na cidade: a invasão dos bandos sub*. Rio de Janeiro: Zahar.
- CANCLINI, Nestor Garcia, (1995). *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- CAMPOS, Maria Malta, (1985). Escola e participação popular. In: MADEIRA, F.; MELLO, G. (orgs.). *Educação na América Latina*. São Paulo: Cortez.
- \_\_\_\_\_, (1991). As lutas sociais e a educação. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, nº 79, novembro.
- CARVALHO, Marília Pinto de, (1991). *Uma identidade plural: estudo de uma escola na região metropolitana de São Paulo*. São Paulo: PUC, Dissertação de Mestrado.
- CECCHETTO, Fátima, (1997). As galeras funk cariocas: entre o lúdico e o violento. In: VIANNA, H. (org.). *Galeras cariocas*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- CASTELLS, Manuel, (1999). *El poder de la identidad: la era de la información*, vol. 2. Buenos Aires: Alianza Editorial, 2ª edição.
- CASTRO, Maria Helena, (1999). Apresentação. In: MEIRIEU, P. *Relatório Meirieu: para a reforma do ensino médio da França*. Brasília: MEC/INEP.
- COSTA, Márcia Regina, (1993). *Os Carecas do subúrbio: caminhos de um nomadismo moderno*. Rio de Janeiro: Vozes.

- CUNHA, Olívia Maria Gomes da, (1993). Fazendo a “coisa certa”: rastas, reggae e pentecostais em Salvador. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, nº 23.
- CUNHA CAMPOS, Rogério, (1989). *A luta dos trabalhadores pela escola*. São Paulo: Loyola.
- DAMASCENO, Maria Nobre, (1990). *Pedagogia do engajamento*. Fortaleza: Editora da UFC.
- DAYRELL, Juarez, (1996). A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, J. (org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- \_\_\_\_\_, (1999). *Grupos musicais e juventude em Belo Horizonte*. São Paulo: Relatório de qualificação, FEUSP.
- \_\_\_\_\_, (1999). Juventude, grupos de estilo e identidade. *Educação em Revista*. Belo Horizonte: FAE/UFMG (no prelo).
- DIÓGENES, Glória, (1998). *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop*. São Paulo: Annablume.
- DOIMO, Ana Maria, (1990). *Movimentos sociais e conselhos populares: desafios da institucionalidade democrática*. Caxambu: XIV Encontro Anual da ANPOCS, mimeo.
- \_\_\_\_\_, (1995). *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política pós-70*. São Paulo: ANPOCS/Relume Dumará.
- DUBET, François, (1991). *Les lycéens*. Paris: Seuil.
- DUBET, F.; MARTUCELLI, D., (1996). *A l'école: sociologie de l'expérience scolaire*. Paris: Seuil.
- \_\_\_\_\_, (1998). *Dans quelle société vivons-nous?* Paris: Seuil.
- DUBET, F.; WIEVIORKA, M., (1995). Introduction. In: DUBET, F.; WIEVIORKA, M. (orgs.). *Penser le sujet*. Paris: Fayard.
- DURAND, Olga Celestina, (1997). *Pichadores/grafiteiros: quando a expressão juvenil transita entre a transgressão social e a delinquência*. Texto apresentado no XXI Congresso da ALAS, São Paulo.
- FORACCHI, Marialice, (1965). *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Nacional.
- \_\_\_\_\_, (1972). *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira.
- FREITAS, Maria Virgínia de, (1995). *Jovens no ensino supletivo: diversidades de experiência*. São Paulo: FEUSP, Dissertação de Mestrado.
- FUCHS, Carlitos, (1992). *A luta dos(as) trabalhadores(as) pela escola pública em São Leopoldo*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Dissertação de Mestrado.
- GHANEM JUNIOR, Elie, (1992). *Lutas populares, gestão e qualidade da escola pública*. São Paulo: FEUSP, Dissertação de Mestrado.
- GIOVANETTI, Maria Amélia; COSTA, Maria da Conceição, (1997). Movimentos sociais e educação: as lutas populares por educação em Belo Horizonte nos anos 70 e 80. *Educação em Revista*. Belo Horizonte: FAE/UFMG, dezembro.
- GONÇALVES, Luiz Alberto de Oliveira, (1994). *Le mouvement noir au Brésil: représentation sociale et action historique*. Paris: EHESS, Tese de Doutorado.
- \_\_\_\_\_, (1998). Os movimentos negros no Brasil: construindo atores sociopolíticos. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPED, nº 9, set./dez.
- GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz, (s/d). *Movimento negro, educação e produção de conhecimento de interesse dos afro-brasileiros*. mimeo.
- GRANDINO, Patricia Junqueira, (1999). *O educador de rua e suas práticas*. São Paulo: FEUSP, Dissertação de Mestrado.
- GUASCO, Pedro, (1999). *Num país chamado periferia: estudo sobre cultura e ideologia entre os rappers de São Paulo*. São Paulo: Departamento de Antropologia/FFLCH/USP, Relatório de qualificação (Mestrado).
- GUERREIRO, Goli, (1994). *Retratos de uma tribo urbana: o rock brasileiro*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA.
- GUIMARÃES, Eloísa, (1995). *Escolas, galeras e narcotráfico*. Rio de Janeiro: Departamento de Educação, PUC/RJ, Tese de Doutorado.
- HERSCHMANN, Micael, (1995). Música jovem e violência na cultura urbana carioca: o hip-hop invade a cena. In: BRAGA, José Luis *et al.* *A encenação dos sentidos: mídia, cultura e política*. Rio de Janeiro: Diadorim.
- ISAMBERT, François-André, (1996). L'engagement humanitaire et les formes contemporaines de solidarité. In: PAUGAM, Serge (org.). *L'exclusion: l'état des savoirs*. Paris: Éditions La Découverte.
- KEMP, Kênia, (1993). *Grupos de estilo jovens: o rock underground e as práticas (contra)culturais dos grupos “punk” e “thrash” em São Paulo*. Campinas: Departamento de Antropologia, IFCH/UNICAMP, Dissertação de Mestrado.

- KOWARICK, Lúcio, (1977). O mito da sociedade amorfa e a questão da democracia. *Folha de S. Paulo*, Tendências e Debates, 7 ago.
- \_\_\_\_\_, (1979). *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LAPEYRONNIE, Didier, (1992). *Campus blues*. Paris: Seuil.
- LASCH, C, (1983). *A cultura do narcisismo*. Rio de Janeiro: Imago.
- LECHNER, Norberto, (1990). *Los patios interiores de la democracia*: subjetividad y política. Santiago: Fondo de Cultura Económica.
- LEFEBVRE, Henri, (1969). *O pensamento de Lenine*. Lisboa: Moraes Editores.
- \_\_\_\_\_, (1972). *La vida cotidiana en el mundo moderno*. Madrid: Alianza Editorial.
- \_\_\_\_\_, (1978a). *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Península.
- \_\_\_\_\_, (1978b). *El derecho a la ciudad*. Barcelona: Península.
- LIPSITZ, George, (1994). We know what time it is: race, class and youth culture in the nineties. In: ROSS; ROSE (orgs.). *Microphone fiends*: youth music and youth culture. New York: Routledge.
- MADEIRA, Felícia, (1986). Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nº 58, agosto.
- MANNHEIM, Karl, (1968). O problema da juventude na sociedade moderna. In: *Sociologia da juventude*. Rio de Janeiro: Zahar, vol. 1.
- \_\_\_\_\_, (1973). Funções das gerações novas. In: FORACCHI, M.; PEREIRA, L. *Educação e sociedade*. São Paulo: Cia. Editora Nacional.
- \_\_\_\_\_, (1982). O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, M. *Mannheim*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática.
- MARQUES, Maria Ornélia da Silveira, (1995). *Os jovens na escola noturna*: uma nova presença. São Paulo: FEUSP, Tese de Doutorado.
- MARSHALL, T. H, (1967). *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MARTINS, José de Souza, (1975). *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira.
- \_\_\_\_\_, (1996). As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: MARTINS, J. S. (org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec.
- MELUCCI, Alberto, (1991). *L'invenzione del presente*. Bologna: Il Mulino.
- \_\_\_\_\_, (1992). *Il gioco dell'io*. Milão: Saggi/Feltrinelli.
- \_\_\_\_\_, (1994). *Passaggio d'epoca*. Milão: Feltrinelli.
- \_\_\_\_\_, (1996). *Challenging codes*. Cambridge: Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_, (1997). Juventude, tempo e movimentos sociais. In: *Juventude e contemporaneidade*. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPED, nº 5 e 6.
- MIDLEJ E SILVA, Suilan, (1995). Sociabilidade e identidade: domingos de funk no "Black Bahia" do Periperi. In: BRAGA, José Luis *et al.* *A encenação dos sentidos*: mídia, cultura e política. Rio de Janeiro: Diadorim.
- MISCHE, Ann, (1997). De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. In: *Juventude e contemporaneidade*. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPED, nº 5 e 6.
- MORAES, Marco Antonio de, (1995). *Alegria, alegria, a onda jovem da cidadania*: a construção do sujeito social. Rio de Janeiro: Faculdade de Educação da UFRJ, Dissertação de Mestrado.
- MOREIRA, Carolina Marques, (1999). *A cidadania como metáfora*. São Paulo: Departamento de Sociologia, FFLCH/USP, Dissertação de Mestrado.
- MORIN, Edgard, (1995). Le concept de sujet. In: DUBET, F.; WIEVIORKA, M. (orgs.). *Penser le sujet*. Paris: Fayard.
- MUXEL, Anne, (1997). Jovens dos anos 90: à procura de uma política sem "rótulos". In: *Juventude e contemporaneidade*. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPED, nº 5 e 6.
- NAKANO, Marilena, (1995). *Jovens, vida associativa e subjetividade*: um estudo dos jovens do Jardim Oratório. São Paulo: FEUSP, Dissertação de Mestrado.
- NOVAES, Regina, (1997). Juventudes cariocas: mediações, conflitos e encontros culturais. In: VIANNA, H. (org.). *Galerias cariocas*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- PAIVA, Vanilda; POTENGY, Gisela; GUARANÁ, Elisa, (1998). Qualificação, consumo e estilos de vida. In: LEITE, M.; NEVES, M. *Trabalho, qualificação e formação profissional*. São Paulo: ALAST.
- PARO, Vitor, (1995). *Por dentro da escola pública*. São Paulo: Xamã.

- \_\_\_\_\_, (1998). *Gestão democrática da escola pública*. São Paulo: Ática.
- PINTO, Regina Pahim, (1987). Educação do negro: uma revisão da bibliografia. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nº 62, agosto.
- \_\_\_\_\_, (1993a). *O movimento negro em São Paulo: luta e identidade*. São Paulo: FFLCH/USP, Tese de Doutorado.
- \_\_\_\_\_, (1993b). Movimento negro e educação do negro: a ênfase na identidade. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nº 86, agosto.
- POCHMANN, Márcio, (1998). *Emprego e desemprego juvenil no Brasil: as transformações nos anos 90*. Campinas: CESIT/UNICAMP.
- RICOLFI, Luca, (1997). La politica imaginaria. In: BUZZI; CAVALLI; LILLO (orgs.). *Giovani verso il Duemila*. Bologna: Il Mulino.
- SENNETT, Richard, (1978). *El declive del hombre público*. Barcelona: Península.
- SINGER, Paul, (1998). Uma solução não-capitalista para o desemprego. In SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto.
- SCHERER-WARREN, Ilse, (1998). Movimentos sociais em cena: ... e as teorias por onde andam? *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPEd, nº 9, set./dez.
- SILVA, Rosa Helena Dias da, (1999). *Balanço dos movimentos dos povos indígenas no Brasil e a questão educativa*. Texto apresentado na 22ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu.
- SOUTO, Jane, (1997). Os outros lados do funk carioca. In: VIANNA, H. (org.). *Galerias cariocas*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- SOUZA, Janice T. P. de, (1999). *Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90*. São Paulo: Hacker Editores.
- SPOSITO, Marília Pontes, (1984). *O povo vai à escola*. São Paulo: Loyola.
- \_\_\_\_\_, (1993). *A ilusão fecunda: a luta por educação nos movimentos populares*. São Paulo: Hucitec.
- \_\_\_\_\_, (1994a). A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, vol. 5, nº 1 e 2.
- \_\_\_\_\_, (1994b). Violencia colectiva, jóvenes y educación. *Revista Mexicana de Sociología*. México: Instituto de Investigaciones Sociales, nº 3.
- \_\_\_\_\_, (1997). Estudos sobre juventude em educação. *Juventude e contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPEd, nº 5 e 6.
- \_\_\_\_\_, (1999). Juventude e educação. *Educação em Revista*. Belo Horizonte: FAE/UFMG, nº 29, junho.
- TEDRUS, Maria Aparecida, (1996). *Jovens: trabalho nas ruas e experiências de sociabilidade*. São Paulo: FEUSP, Dissertação de Mestrado.
- TOLEDO, Luiz Henrique, (1996). *Torcidas organizadas de futebol*. Campinas: Autores Associados/ANPOCS.
- \_\_\_\_\_, (1997). *Short cuts: histórias de jovens, futebol e condutas de risco. Juventude e contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPEd, nº 5 e 6.
- TOMMASI, Livia de, (1996). *Em busca da identidade: as lutas em defesa dos direitos da criança e do adolescente no Brasil e a questão da participação*. Paris: Universidade de Paris I, Tese de Doutorado.
- TOURAINÉ, Alain, (1975). *La production de la société*. Paris: Seuil.
- \_\_\_\_\_, (1987). *El regreso del actor*. Buenos Aires: Editorial Universitaria.
- \_\_\_\_\_, (1989). Os novos conflitos sociais: para evitar mal entendidos. *Revista Lua Nova*. São Paulo: CEDEC, nº 17.
- \_\_\_\_\_, (1995). La formation du sujet. In: DUBET, F.; WIEVIORKA, M. (orgs.). *Penser le sujet*. Paris: Fayard.
- \_\_\_\_\_, (1997). *Pourron-nous vivre ensemble?* Paris: Fayard.
- VALENTE, Ana Lúcia, (1995). Proposta metodológica de combate ao racismo nas escolas. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nº 93, maio.
- VIANNA, Cláudia Pereira, (1992). *O sonho que nos move: mães de alunos do Movimento Estadual Pró-Educação na luta pela melhoria do ensino público*. São Paulo: PUC, Dissertação de Mestrado.
- \_\_\_\_\_, (1999). *Os nós do "nós": ação coletiva docente no ensino estadual paulista (1990/1997)*. São Paulo: FEUSP, Tese de Doutorado.
- VIANNA, Hermano, (1988). *O mundo funk carioca*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- WEINSTEIN, José, (s/d). *Notas sobre participación y asociacionismo juvenil*. S/L.: mimeo.